

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL*

Leonardo Lucio Amorim Mussury¹

Pedro Rauber²

Rosilda Mara Mussury³

RESUMO

O presente artigo analisa o processo educacional brasileiro e demonstra que as políticas desenvolvidas que objetivaram a melhoria do povo tinha na realidade a função de atender às oligarquias mais, especificamente, o capital dominante. Esse processo distorcido de valorização do capital em detrimento do ser humano apresenta deficiências de toda ordem: má formação do aluno, carência de material didático, má qualificação do corpo docente, subnutrição, precárias condições estruturais do ensino e conseqüentemente a mercantilização da educação, dada à incapacidade do Estado em investir em educação por força de metas pré-estabelecidas pelos credores, impedindo o desenvolvimento econômico. Espera-se contribuir com uma reflexão sobre o modelo educacional brasileiro e discutir as conseqüências deste modelo no campo educacional. Que sociedade desejamos? Como compatibilizar investimentos em educação com tamanha carência de recursos? Para a elaboração deste artigo, procedeu-se inicialmente uma revisão bibliográfica para compreender o processo histórico da educação brasileira, políticas e legislações vigentes em que as transformações ocorriam e o momento econômico vivido. O trabalho permitiu compreender que reduzir o hiato e abreviar a formação acadêmica tornando-a produtiva e contributiva para o desenvolvimento econômico e social é emergencialmente importante num país de grandes desigualdades sociais e de fortes desequilíbrios regionais.

Palavras Chave: Políticas Educacionais; Educação e Desenvolvimento Econômico; Desigualdades sociais.

ABSTRACT

This present work aims to analyze the Brazilian education system and demonstrate that all the developed policies which aimed to improve their people, actually wanted to attend to oligarchies, the dominant financial capital specifically. This distorted process of the financial capital appreciation in detriment of the human being presents deficiencies of all orders, such as bad student education, lack in didactic material, bad qualification of colleges/universities, bad nutrition, unstable teaching conditions and consequently, its increasing commercialization, due to the brazilian government incapacity to invest in education because of pre-established targets imposed by creditors, obstructing the economic development. This paper expects to contribute with a reflection about the Brazilian educational process and discuss its consequences in

*Artigo produzido como parte da conclusão do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino.

¹Economista, professor dos Cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis na UNIGRAN-MS e Diretor Comercial do Grupo Bocchi –Dourados -MS. Rua Balbina de Matos 2121, Jardim Universitário Dourados,MS. Cep: 79800000. lmussury@correioweb.com.br

² Mestre em Educação. Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados - MS. rauber@dourados.br

³ Professora da Universidade Federal de Dourados. Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais. UFGD. Rodovia Dourados-Itahum, Km 12. cep: 79800000. Dourados-MS.mara.mussury@ufgd.edu.br

academic system. Which society do we wish? How do we make compatible education investments and lack of resources? For elaborating this article, it was initially made a bibliographic revision to understand the historical process of the Brazilian education system, its policies and current laws and their changes during the economical period we live. This work allowed to understand that reducing the gap between the academic formation and the productive contribution for economic and social progress, it is extremely important to a country with a great social inequalities and strong regional unbalanced equilibrium.

Key-words: Educational Policies; Education and Economic Progress; Inequalities.

1 INTRODUÇÃO

Avaliando o processo histórico e as políticas educacionais no Brasil desde os jesuítas até as recentes propostas de internacionalização do ensino superior, verifica-se que a Educação Brasileira vem passando por inúmeras transformações. Todo esse processo vem trazendo inquietações junto a técnicos, professores e pesquisadores que investigam, analisam e discutem o trabalho feito pela Organização Mundial do Comércio Organização (OMC), em 1994, quando foi implementado o acordo General Agreement on Trade in Services (GATS), como uma forma de reger o comércio mundial de educação, saúde, água, serviços postais e outros, diminuindo de uma forma prática as barreiras legais para privatização do setor de serviços.

A questão é: a educação pode ser tratada como uma mercadoria ou serviço, e como tal deve ser regida pelas normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) Neste contexto, pretendemos analisar todo o processo educacional vivido no País e evidenciar a dependência econômica em relação aos países mais ricos como um entrave ao processo educacional brasileiro. Essa intervenção limita a participação do Estado no ensino formal, nas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais do ser humano mesmo em períodos de crescimento é significativamente importante para compreender que não existe crescimento econômico sem educação e nem educação sem um crescimento econômico sustentável.

Apesar da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) art.23, inciso V disciplinar: “É competência comum da União, Estados e Municípios proporcionarem os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. Veremos que todas as leis e procedimentos não se configuram medidas objetivas para a solução definitiva do problema, e sim, procedimentos que atendem os grandes interesses econômicos associados a tênues programas de melhoria do ensino.

Para Veiga (1995, p.11-12) a escola é o lugar de concepção e realização de seu projeto educativo, uma vez que ela necessita organizar o trabalho pedagógico com base na realidade social de seus alunos, para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino. Definitivamente observa-se a escola e o processo educacional como um todo. Do contrário, desvia-se da sua função básica, ou seja, procuram amenizar a crescente demanda por ensino, sem observar a função básica que é a construção humana e social.

O cenário competitivo no campo econômico do século XXI está em constante e acelerada transformação. A competição está se acirrando e o espaço geográfico de atuação das organizações está se expandindo em nível planetário devido ao aumento de uma economia e tecnologia globalizada. Para Chossudovsky (1999), estas mudanças direcionam as empresas nacionais e estrangeiras à ampliarem suas atuações de um mercado local para a arena internacional.

A internacionalização dos mercados, embora não seja um fenômeno recente em países desenvolvidos, está ganhando destaque muito grande no Brasil. Na última década, as empresas brasileiras, assim como a dos demais países dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), vêm experimentando um processo crescente de internacionalização, o que compreende a instalação de unidades produtivas e mesmo de P&D no exterior.

Esse mesmo processo de internacionalização de certa forma também se dá no campo educacional e que, para Chossudovsky (1999), seria fruto da “Sociedade da Informação”³ ou “Sociedade do Conhecimento”⁴, onde, os investimentos são racionalmente programados para o mundo globalizado relativos à informática, telecomunicação e redes de comunicação digital, incluindo de modo imediato o ensino a

³ A era Pós-industrial é conhecida também como a era da Informação e do Conhecimento. Mas é preciso que saibamos distinguir informação de conhecimento, o que pode ser muito bem elucidado pelo trecho abaixo, extraído do livro *Na Era do Capital Humano, de Richard Crawford*: “Um conjunto de coordenadas da posição de um navio ou o mapa do oceano são informações, a habilidade para utilizar essas coordenadas e o mapa na definição de uma rota para o navio é conhecimento. As coordenadas e o mapa são as "matérias-primas" para se planejar a rota do navio. Quando você diferencia informação de conhecimento é muito importante ressaltar que informação pode ser encontrada numa variedade de objetos inanimados, desde um livro até um disquete de computador, enquanto o conhecimento só é encontrado nos seres humanos. (...) Somente os seres humanos são capazes de aplicar desta forma a informação através de seu cérebro ou de suas habilidosas mãos. A informação torna-se inútil sem o conhecimento do ser humano para aplicá-la produtivamente. Um livro que não é lido não tem valor para ninguém. (...)”

⁴ Sociedade do conhecimento foi a forma brasileira de se traduzir a Sociedade da Informação criada nos anos 1990, pelo forte investimento da Comunidade Européia e Estados Unidos nos sistemas globais para uma infra-estrutura de informação, telecomunicação, redes relativos a informática.

distância e os serviços de telemática para pequenas e médias empresas, o tráfego computadorizado, redes de administração pública e tantos outros que capitaneados pela União Européia e Estados Unidos. Estes, como forma de garantir uma infra-estrutura globalizada da informação, promovem o controle dos oligopólios ou mega conglomerados que apropriam, organizam e comandam o desenvolvimento da infra-estrutura da informação e, conseqüentemente, com poderes ilimitados para determinar a informação que pode e deve ser repassada à sociedade.

2 EDUCAÇÃO: UM INSTRUMENTO HISTÓRICO DE DOMINAÇÃO

Quando em 1554 os padres jesuítas se instalaram no Brasil com o propósito de catequizar os índios que aqui encontraram, desenvolveu-se nesse primeiro momento, a necessidade de ensinar a língua portuguesa com a finalidade do conhecimento do evangelho e, por conseguinte, que seguissem os princípios cristãos. Num segundo momento, o conhecimento religioso era tido como forma de dominação e controle da igreja católica sobre essa população. Essa dominação não se concretizou de fato em alguns setores, principalmente no segmento econômico, fizeram com que a coroa portuguesa buscasse outros métodos que estimulassem o processo produtivo e ampliasse o fornecimento de matéria-prima por parte das colônias a Portugal.

Luckesi et al. (1998), sustenta que o poder da igreja católica impunha as verdades que precisavam ser aceitas, bastando apenas acreditar, sem o esforço de investigação e compreensão. Os debates quando ocorriam estava sob a forte vigilância do professor, que além de moderador, garantia a ortodoxia das idéias e eventuais conclusões.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o processo educacional no Brasil se depara com um dismantelamento de sua estrutura de ensino e introduz as chamadas “Aulas Régias”. Nesse momento, para Rauber (2006) instala-se uma total desordem do sistema educacional da época, uma vez que o Brasil, não possuía professores formados e colocava a educação brasileira nas mãos de professores leigos, com pouca ou nenhuma formação.

Ao longo de todo o século XIX, a educação no Brasil a pedagogia foi marcada por métodos de aprendizagem positivista que desprezava as causas que limitavam os conhecimentos científicos pelo seu valor prático ou utilitário (ALMEIDA, 2006). Já no

século XX com o advento da Revolução Industrial no Brasil e a grande concentração de massas populacionais nas cidades, surge a necessidade de se repensar a educação.

Assim, começam as preocupações com a formação do cidadão trabalhador, do conhecimento das inovações tecnológicas que exige uma maior inserção do aluno no mercado de trabalho, para suprir a carência de mão de obra qualificada que atendam às necessidades do capital estrangeiro necessárias à sua condição de sobrevivência.

Esse processo de transformação do sistema educacional gerou grandes mudanças com o fim da Primeira Guerra Mundial, levando a uma efervescência cultural; ampliação quantitativa das escolas, combate ao analfabetismo e um incipiente processo de industrialização que faz surgir na década de 1920⁵ um forte movimento intelectual pela renovação educacional no Brasil surge o movimento da “Escola Nova⁶”. A necessidade de qualidade na educação promoveu o chamado “otimismo pedagógico” (SAVIANI, 1991). É importante lembrar que neste período, o Estado passa a ter uma responsabilidade diferenciada a de antes, ou seja, além de garantir suas funções básicas como saúde, segurança e educação, tornam-se responsável por realizar e fiscalizar a atividade econômica nacional necessitava desta forma de um volume maior de recursos que já eram escassos (VASCONCELLOS e GARCIA, 2005). Convém enfatizar que nesse período o mundo passa por uma de suas maiores crises como o “Crash da Bolsa de Nova York” (1929) provocando à falência de inúmeras empresas, o desemprego, a recessão de inúmeras economias. Cada vez mais, as alterações do Sistema Econômico se tornavam necessárias.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. O governo provisório foi marcado por uma série de instabilidades, principalmente por exigir uma nova constituição para o País. Em 1932, eclode a

⁵ A década de 1920, na área da educação, foi um período de grandes iniciativas. Foi a década das reformas educacionais. Não havia ainda um sistema organizado de educação pública, como é hoje a rede de ensino controlada pelo Ministério da Educação e do Desporto. Abriu-se assim um grande espaço para propostas em prol da educação.

⁶ Um dos movimentos mais importantes da época ficou conhecido com o nome de Escola Nova. Grandes temas e grandes figuras ficaram associados a esse movimento. A defesa de uma escola pública, universal e gratuita se tornou sua grande bandeira. A educação deveria ser proporcionada a todos, e todos deveriam receber o mesmo tipo de educação. Pretendia-se com o movimento criar uma igualdade de oportunidades. A partir daí, floresceriam as diferenças naturais segundo os talentos e as características de cada um. O ensino deveria ser leigo, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa que tinham marcado os processos educacionais até então. A função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando. Entre os educadores que lideraram o movimento da Escola Nova estão Anísio Teixeira, da Bahia, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho, de São Paulo

Revolução Constitucionalista de São Paulo que demarca definitivamente em 1934 a Educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Cria-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) que na época era denominada como Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre (1936). Nesse momento, as Universidades livres (privadas) passam a ter oportunidades de ingressar na oferta de ensino superior. Evidencia-se mesmo que de forma discreta, um atestado de incapacidade do Estado em cumprir a sua função educacional, quando divide essa responsabilidade com o setor privado e ao mesmo tempo o atendimento da aristocracia que por dificuldades financeiras ficam impedidos de custear os estudos de seus filhos fora do País por conta do caos gerado com a crise de 1929.

Se o movimento da Escola Nova, surgido em 1920, passa a questionar o processo educacional da época e induz um processo transformista do quadro educacional brasileiro, este por sua vez reafirma a total incapacidade do Estado em cumprir a sua função primordial para com a Educação Básica, em detrimento de uma pequena parcela da população (burguesia) que aspira a universalização do ensino. Tal fato se pode comprovar quando Getúlio Vargas impõe um regime de ditadura, que inibe qualquer tipo de interferência dos educadores, ao paralisar os debates educacionais, condicionando o prestígio da educação às diferentes posições políticas.

Refletindo esta tendência, em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino, dentre eles, destaca-se a regulamentação do ensino industrial e do ensino comercial. Essa medida demonstra nitidamente mais uma vez, a forte preocupação em se formar mão de obra capaz de atender as demandas existentes das grandes empresas e oligopólios para dar continuidade ao processo de modernização tecnológica que já se fazia notar em todo o continente europeu. A industrialização no Brasil nesse período se torna realidade, tem-se a Criação da Petrobrás, companhia Siderúrgica Nacional, o desenvolvimento da indústria automobilística e tantas outras.

A liberdade de ensino é a marca mais significativa da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)⁷, assegurando a igualdade entre estabelecimentos de ensino

⁷ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

público e particular. Abandona-se a expressão “universidade livre” para designar as instituições privadas de ensino superior.

Observa-se que na ditadura militar qualquer expressão contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, foi então instituída em 1971, a Lei 4.024 de Diretrizes Básicas da Educação Nacional. A característica mais marcante era tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante, dentro do espírito dos *slogans* propostos pelo governo, como “Brasil Grande”, “Ame-o ou Deixe-o”, etc. Planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção econômica brasileira. As conseqüências práticas no curto prazo dessa política foi à expansão do sistema de ensino superior, o aumento do peso relativo do ensino privado em relação ao público e a perda da qualidade média do aprendizado. O resultado dessa política foi à criação de uma massa de pessoas educadas e sem empregos, correspondentes à titulação adquirida, e a transformação do professorado universitário do setor público em uma corporação de funcionários altamente organizados e militantes (RAUBER, 2006).

Diante do exposto, como entender a educação prioridade para o governo, quando sua elite intelectual perde a sua liberdade, a sua ação de educar e o seu auto-respeito. Importante destacar, que mesmo o País apresentando altas taxas de crescimento no período de 1940 a 1980, a educação brasileira não consegue acompanhar esse ritmo de crescimento por falta de investimentos no capital humano, e isso agrava ainda mais o processo de distribuição de renda no país, quando o mercado começa a remunerar melhor àqueles que detinham um nível de qualificação superior ao nível fundamental e médio.

Isso só vem a confirmar que crescimento econômico e a educação devem caminhar juntos e que a letargia em qualquer uma das etapas, pode provocar um estrangulamento naquilo que tanto perseguimos: o desenvolvimento econômico, social e cultural. A tabela1 mostra o crescimento da economia das décadas de 1940 a 2000.

Os dados retratam o forte crescimento da economia nas décadas de 1940 a 1980 provocados pelo processo industrialista que se fazia existir, e que, por sua vez, sofreu a falta de investimento humano para operacionalizar as novas tecnologias que se faziam demandar. As décadas de 1980 a 1990 apresentam baixo crescimento econômico, em função dos altos índices de inflação que inibem os níveis de investimentos. A década de 1990 a 2000 foi marcada também pela crise do confisco do Governo Collor e pela crise

Russa, associadas ainda pelo plano de estabilização do Plano Real no Governo FHC (Fernando Henrique Cardoso).

Tabela 1 - Crescimento Médio da Economia e Crescimento Médio Percapita (1940 – 2000)

DÉCADAS	PIB (%)	PIB PER CAPITA (%)
1940 – 1950	5,9	3,47
1950 – 1960	7,38	4,2
1960 – 1970	6,01	3,0
1970 – 1980	8,72	6,09
1980 – 1990	1,54	-0,38
1990 – 2000	2,85	1,22

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (20..)

Com o fim do regime militar, passa-se a discutir a educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à sala de aula, à didática e à dinâmica escolar em si mesma. Cria-se na década de 90 os programas (Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério FUNDEF), Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional de Cursos (ENC) que sofreu forte contestação por parte dos universitários que viam nesse sistema de avaliação “Provão”, uma forma de selecionar os melhores alunos para o mercado de trabalho, como também um confronto entre David e Golias, ou seja, colocar sob o mesmo peso e mesma medida, instituições recém constituídas com carência de quadro docente especializado e de inúmeras dificuldades regionais com outras universidades tradicionais, que dispunham de uma grande massa de recursos e competência na área do ensino, pesquisa e extensão.

A qualidade da educação básica e da educação superior pública do país depende do volume de investimentos feitos nesse setor. Entretanto, a contabilidade social não consegue gerar superávits que contemplem recursos adicionais a essa área, de forma contrária, o governo reduz gastos para pagar juros da dívida. Assim, o governo Lula cria o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que tem um forte apelo popular e de combate à exclusão. Com esse Programa o governo troca isenções tributárias por vagas

em instituições de ensino superior. Evidentemente, o programa é bastante questionável quanto a sua eficácia, pois algumas instituições não apresentam a transparência necessária quanto à concessão de bolsas, balanços e remuneração de seu corpo administrativo.

Se a política educacional adotada nos últimos anos no Brasil não logrou melhorar as condições de vida da população mais pobre, reduzindo a concentração de renda, conforme anunciado pelas IFMs⁸, certamente atingiu outro objetivo desses organismos: criou um mercado extremamente atraente para a iniciativa privada, sobretudo no ensino superior.

De acordo com a consultoria *Education Development and Investment Company of Switzerland* (Edic's), em estudo publicado em 2001, a iniciativa privada movimentava, em todo o mundo, 20% do mercado da educação – cerca de US\$ 400 bilhões; Brasil, China e Índia, além dos países-membros da *Organization for Economic Cooperation and Development* (OCDE), seriam os mercados mais prósperos para investimentos no ensino superior, em virtude de seu grande contingente populacional, aliado à insuficiência da oferta nacional para o setor (Edics, s.d.).

3 O PAPEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO PROCESSO GLOBALIZADO

Para Chossudovsky (1999), desde o começo dos anos 1980, os programas de “estabilização macroeconômica” de “ajuste estrutural” impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para a renegociação da dívida externa), têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. Contrariando o espírito do acordo de Bretton Woods, cuja intenção era a “reconstrução econômica” e a estabilidade das principais taxas de câmbio, o programa de ajuste estrutural (PAE) tem contribuído amplamente para desestabilizar moedas nacionais e arruinar as economias dos países em desenvolvimento.

⁸ As IFMs são grandes instituições financeiras constituídas com base na associação de governos nacionais, que funcionam como mecanismos de cooperação internacional intergovernamental voltados para o financiamento de políticas, programas e projetos de desenvolvimento e a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos dos países membros. As principais IFMs para a Rede Brasil são o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, devido à importância estratégica de suas políticas e operações no país.

O poder interno de compra entrou em colapso, a fome eclodiu, hospitais e escolas foram fechados, centenas de milhões de crianças viram negadas seu direito a educação primária. Em várias regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas conduziram ao ressurgimento de doenças infecciosas, entre elas a tuberculose, a malária e a cólera. Embora a missão do Banco Mundial consistisse em “combater a pobreza” e proteger o meio ambiente, seu patrocínio para projetos hidrelétricos e agroindustriais em grande escala também tem acelerado o processo de desmatamento e de destruição do meio ambiente, causando a expulsão e o deslocamento forçado de vários milhões de pessoas.

Inúmeros Organismos Internacionais criados após a 2ª Grande Guerra Mundial com o objetivo de revitalizar as economias destruídas no pós-guerra e inibir práticas discriminatórias aos países lesados em suas relações comerciais com o resto do mundo, verifica-se que o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comercio (OMC) trazem em sua prática metodológica de reforma, forte degradação econômica, social e ambiental aos países inseridos nessa nova ordem econômica. Tudo pela forte necessidade de garantir a legitimidade da dívida, enquanto as nações devedoras são mantidas numa camisa de força que as impede de se lançarem numa política econômica nacional independente. As adoções de empréstimos implicam aos países devedores uma conduta de administração de sua política macroeconômica, que garanta aos credores os pagamentos dos juros e em datas pré-estabelecidas inibindo, por conseguinte qualquer tipo de novos investimentos, inclusive na educação.

Uma Sociedade “globalizada” e “mercadológica” utiliza como estratégia o que Frigotto (1995) chama de implosão dos Estados-Nações, ou seja, a nova articulação dos blocos econômicos assume uma configuração tal, que cada vez mais ficam enfraquecidos os países periféricos. Conseqüentemente amplia-se à força dos grandes blocos econômicos, uma vez que, os países excluídos acabam praticando, em troca de renegociação da dívida externa e de um “prometido desenvolvimento”, as condições e projetos pensados pelos “países de ponta”.

A respeito deste processo de internacionalização do capital, Leher (1998) destaca que o sistema mundial moderno não tende a uma globalização unificada, mas a uma polarização entre Estados do núcleo e o restante do capitalismo mundial. Há uma preocupação central neste processo de internacionalização da economia em produzir e acentuar a desigualdade entre as regiões e ao invés de integração, como quer

transparecer o termo globalização, estaria sendo produzida a exclusão estrutural dos países periféricos.

4 A COMERCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A expressão "comprar o diploma" tem se tornado cada vez mais comum, principalmente, após a proliferação de faculdades particulares em todo o País. É o que prevê a possibilidade de inclusão do setor educacional da Organização Mundial do Comércio (OMC). Embora admitam que a educação possa se tornar serviços negociados no mercado internacional, especialistas da (Universidade de São Paulo - USP) lembram que a iniciativa traz risco da desnacionalização da formação humana, que incorporaria valores estranhos à cultura brasileira.

O mercado mercantilizado em que se constitui o ensino superior brasileiro já foi descoberto e está sendo explorado pelo capital internacional, associado ao nacional. A empresa *Apollo International*, um dos maiores grupos de ensino dos Estados Unidos, associou-se à Faculdade Pitágoras, de Minas Gerais. Com investimento de US\$ 30 bilhões, o grupo possui 1,2 mil alunos, distribuídos em quatro unidades, duas em Minas Gerais, uma em Curitiba e uma em Londrina, e tem como meta ampliar seu público para 100 mil alunos, em dez anos (PAJARA, 2003).

A reação dos educadores diante da possibilidade de inclusão do setor de educação na Organização Mundial do Comércio (OMC) não é das mais animadoras. Boa parte da comunidade universitária entre ela reitores, diretores e professores, principalmente, das instituições do ensino superior se mostram contrários a proposta por acreditarem que o Brasil esta passando por uma pressão feita por países que pretendem expandir seus negócios. Diferenças existentes entre os países na área de Pós-Graduação, a defesa da monografia que não é obrigatória em todos os países, a possibilidade de se desenvolver cursos de menor expressão e de pouco conteúdo formal, acirrado ainda mais o ensino; são dentre muitas, razões suficientes para desencorajar a internacionalização da educação.

A defesa da presença da iniciativa privada como forma de substituição, ou complementação, da ação e responsabilidade do Estado, sobretudo nas áreas sociais, contradiz a própria noção de direito universal inscrita na Constituição Federal. No caso da educação, a jurisprudência brasileira considera os serviços, mesmo quando prestados

por particulares, como atividade de natureza pública, portanto delegada ao Estado, o que, em princípio, eliminaria a possibilidade da participação de estrangeiros nesse setor (DALLARI, 2003).

Uma das maiores preocupações dos educadores é a possibilidade do setor de educação ser regulado pelas regras das OMC e não pela legislação educacional do Brasil. “Um exemplo de como a mudança poderá ser prejudicial para a educação brasileira se refere à instalação de empresas estrangeiras no País. Essas empresas terão o direito de se manifestar contra o Brasil na OMC, se acharem que estão sendo prejudicadas pelas normas brasileiras”, explica a deputada Iara Bernardi. “Se a educação virar um produto, será preciso pagar para ter acesso, mas, nem todos têm condições financeiras para pagar os estudos” (UNIVERSIA, 2002).

Em caso de inclusão da educação como serviço no âmbito da OMC, o Brasil estaria limitado no seu poder de regulamentação e da defesa da educação pública gratuita e de qualidade, tornando ainda mais agudas as desigualdades sociais. Para o Ministro da Educação Tarso Genro, estariam comprometidas também as reformas educacionais, entre elas a reforma universitária, as políticas afirmativas e de correção dos desequilíbrios sociais e regionais, a concessão de bolsas aos beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e programas como o livro didático, merenda e transporte escolares (MEC, 2005).

Caso o Brasil liberasse seus serviços educacionais para ingressar na regulamentação da OMC, disse Tarso Genro, o Estado poderia deixar de ser responsável pela definição soberana dos seguintes aspectos: requisitos de autorização e regulamentação das entidades de ensino superior; critérios de qualidade e instâncias de credenciamento e homologação dos serviços educacionais; normas migratórias para a mobilidade acadêmica; políticas regionais e intergovernamentais em matéria de ensino, reconhecimento de diplomas e títulos; necessidades específicas de capacitação e especialização (MEC, 2005).

Sobre esse tema, Grisi (2003), citado por Menezes (2003), menciona em seu artigo que o Estado brasileiro, deficitário e fragilizado, não tem condições de fiscalizar essas instituições e, antes que haja uma liberalização, é necessário repensar “todo o aparato institucional que planeja e regulamenta a educação”. Outra questão a ser revista, segundo Menezes (2003, p.3), é a qualidade do ensino superior que já existe no País.

“Se pretendemos manter a educação superior nas mãos do Estado, devemos dar eficiência a esse ensino. Perdeu-se muito em qualidade nos últimos anos. Temos que definir objetivos mais claros e fazer com que as universidades públicas alcancem níveis de excelência”.

Ainda que o governo não tenha sequer manifestado a intenção de incluir a educação nas rodadas de negociação da OMC, sua inércia em adotar medidas reguladoras mais objetivas e contundentes, combinada à atual política econômica, feita em consonância com as orientações das IFMs, especialmente FMI e Banco Mundial, concorre para que, na prática, a educação, sobretudo o ensino superior, esteja vulnerável à voracidade com que as grandes empresas internacionais vêm atuando nessa área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante observar que a escassez de recursos é oriunda de um endividamento interno e externo altamente questionável. O Brasil não consegue avançar no seu processo de extirpação do analfabetismo, e tão pouco atenuar as distorções do ensino fundamental e médio, mesmo vivendo grandes momentos de crescimento econômico, como os ocorridos na década de 1940 a 1980. Observa-se que apesar do crescimento registrado no Produto Interno Bruto (PIB) e que foi fruto da introdução das novas tecnologias oriundas do processo de renovação industrial, a educação não conseguiu acompanhar o processo de crescimento.

Assim, a educação brasileira apresenta uma série de deficiências estruturais que vão desde ao desvio de recursos, má gerência, falta de continuidade nos projetos, ausência de políticas próprias a nossa realidade, resultando numa extrema carência do capital humano no atendimento à demanda de profissionais qualificados que se faz notar nas empresas que usufruem dessa expansão econômica. Todas essas implicações criam uma forte e injusta distribuição de renda, onde os indivíduos de formação superior passam a galgar melhores colocações no mercado, enquanto os de formação básica ou de nível fundamental ficam a mercê dos menores salários e dos benefícios sociais e econômicos que dela resultam. Passamos a ter a distribuição da injustiça social, da miséria, da violência e de tantos outros males gerado pela deficiência em nosso ensino.

Investir em educação é condição de sobrevivência para qualquer economia, possibilitando ganhos políticos, sociais e econômicos, tamanho o grau de amplitude em

todos os segmentos. Educação possibilita à liberdade de escolha, o princípio da cidadania, a melhoria da auto-estima e do respeito. Uma política monetária expansionista neste segmento cria um efeito multiplicador de produção e renda.

As possibilidades de emprego, renda, produção, qualidade de vida e outros benefícios tendem a aumentar contagiando todos àqueles inseridos direta ou indiretamente nesse processo. Mas, configura definitivamente que todo e qualquer processo de inovação tecnológica, educacional, leva a sucessivos piques de crescimento desde que associados a fortes investimentos e a vontade política de preparação do ser humano.

O processo educacional, por mais que tente atenuar as grandes dificuldades como: capacitação de docentes, redução da exclusão social, reformas administrativas e tantas outras, opera timidamente na solução dos problemas internos com uma eficiente contrapartida ao capital externo. Esse procedimento é uma prova inequívoca de como os poucos recursos foram mal alocados ao longo dos anos no ensino básico brasileiro.

A carência de recursos, dado ao forte endividamento é um fator limitante para que a educação possa galgar novas conquistas. Incluir a educação como uma mercadoria é um erro. Deve sim, valer à lógica da solidariedade, da construção coletiva, do enriquecimento conjunto, da liberdade do ser e do pensar, do humanismo em escala global sugerir como novas pesquisas.

Em aproximadamente 500 anos, o processo educacional, apesar de todas as reformas promovidas pelo Estado, foi direcionado para atender as necessidades do poder dominante, representado primeiramente pela coroa portuguesa, depois pela aristocracia e no atual momento, pelas multinacionais e pelas nações mais poderosas, representadas pelos organismos internacionais que insistem em aumentar sua lucratividade via submissão dos países periféricos.

O conjunto de questões levantadas a partir das exposições foi bastante rico e impossível reproduzi-lo por inteiro. Entretanto, seu eixo principal girou em torno da necessidade de submeter a educação à lógica de produção do valor, particularmente, atrelando a produção de conhecimento às demandas de uma economia competitiva.

O Estado mostra-se inerte às reais necessidades do povo e mostra-se ineficiente para conceber e organizar modelo educacional compatível à real necessidade. Mesmo as últimas reformas educacionais foram incapazes de reduzir o analfabetismo funcional. Por outro lado, também existe uma convergência específica entre a necessidade da

formação do cidadão. Assim como, os recursos destinados à educação paralelamente devem contribuir com a oferta de mão de obra mais qualificada ao setor produtivo e por outro, numa relação de simbiose, em que um depende necessariamente do outro para apresentar resultados, deve contribuir para a formação do ser humano pleno. O grande consenso foi sobre a necessidade da formulação e implementação de políticas adequadas às peculiaridades nacionais e locais.

Por outro lado, no que se refere às relações entre conhecimento, informação e poder e ao papel da coletividade científica na condução das políticas educacionais no Brasil, apontou-se que o controle social real sobre o conhecimento encontra-se, de certa forma, fora da coletividade científica brasileira e que a geopolítica do conhecimento envolve o problema epistemológico dos modelos hegemônicos versus modelos locais (ou nativos). As principais questões envolvidas são: conhecer para quê e para quem? As idéias de excelência e necessidades, por outro lado, não só contrapostas e sim devem complementar-se em políticas adequadas à cultura, às necessidades, às potencialidades e condições nacionais, regionais e locais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, I.M.de. *Didática no Ensino Superior (Temas Essenciais)*. CEAD- Pós-Graduação. Dourados, 2006.104p.

BATISTA Jr, P. N. *Mitos da Globalização*. USP - Estudos Avançados 12 (32), São Paulo, 1998.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo. Ed. Moderna. 1999. 320p.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília. 1988.

DIAS, M. A. R. *Educação superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?* In: REUNIÃO DE REITORES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS IBERO-AMERICANAS– III CUMBRE IBEROAMERICANA DE RECTORES DE UNIVERSIDADES ESTATALES. Maio 2002. Mimeografado.

DALLARI, D. de. A. *Alca e comércio de serviço*. Jan. 2003. Mimeografado.

DESVIOS DE RECURSOS DO FUNDEF EXPÕEM FRAGILIDADE DA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS 2004. Disponível em: <<http://www.prattein.com.br/prattein/texto.asp?id=72/>>. Acesso em: 12 fev.2007.

EDICs' Markets: Overview. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.edics.ch/markets.htm>>. Acesso em: 12 fev.2007.

FRIGOTTO, G. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "Alívio" da pobreza*. São Paulo: USP, 1998.

LUCKESI, C.; BARRETO E.; COSMA, J.; BAPTISTA, N. *Fazer Universidade: Uma proposta Metodológica*, 10. ed São Paulo: Cortez, 1998.

MEC NÃO QUER O INGRESSO DA EDUCAÇÃO NA OMC. Notícias - Junho/2005. Disponível em: <www.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=8149>. Acesso em: 12 out.2006.

MENEZES, M. E. de. *O Estado tem que zelar pelo ensino*. São Paulo, set. 2003.Seção Debate. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp657/pag03.htm>>. Acesso em: 18 out.2006.

PARAJARA, F. As multinacionais do ensino. *Revista Isto É Dinheiro*, São Paulo, nº 286, p. 58, 19 fev. 2002.

RAUBER, P. *História da Educação*. Dourados, 2006. 104p. Apostila do Curso de Pós - Graduação em Metodologia do Ensino Superior a Distância. Centro Universitário da Grande Dourados-UNIGRAN.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 23 ed. São Paulo: Cortez. 1991.

UNIVERSIA. *Educação pode virar mercadoria da OMC*. 2002. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_bebi.html>. Acesso em: 18 out. 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M.E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo Saraiva 2ª ed.:2005.

VEIGA, I. P. A. (org). *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. Campinas: Papyrus. 1995. 192p.